

 Early Warning System

IFC-38774

Araripe III



Quick Facts

Countries	Brazil
Specific Location	Pernambuco and Piaui
Financial Institutions	International Finance Corporation (IFC)
Status	Approved
Bank Risk Rating	A
Voting Date	2017-03-01
Borrower	VENTOS DE SANTO ESTEVAO HOLDING, S.A.
Sectors	Energy, Infrastructure
Potential Rights Impacts	Cultural Rights, Healthy Environment, Housing & Property, Labor & Livelihood, Right to Health
Project Cost (USD)	\$ 553.00 million



Project Description

Tipo de projeto: Energia

Resumo do projeto: O projeto Araripe III envolve o financiamento da empresa Ventos de Santo Estevão Holding S.A., do grupo Casa dos Ventos, para a construção, operação e manutenção de um complexo de energia eólica com um total de 14 grupos de turbinas nos estados de Pernambuco e Piauí, com um capacidade instalada de 360 MW. O projeto inclui um 156 turbinas eólicas; uma nova subestação conectada através de uma linha de transmissão de 34.5 KM e 230 Kv.

Localização: O projeto se localiza na parte oeste da Chapada do Araripe, uma área de proteção ambiental localizada nos dois lados da fronteira entre Piauí e Pernambuco. As cidades mais próximas ao projeto são Araripina (Pernambuco), localizada a 15 quilômetros, e Simões (Piauí), localizada a 22 quilômetros do projeto.

Recursos necessários: A área concedida para a realização do projeto é de aproximadamente 10,000 hectares, porém, o banco afirmo que a área efetivamente afetada pelo projeto será de um polígono de aproximadamente 3,700 hectares. Existem 64 quilômetros de vias de acesso servindo ao projeto, sendo que 80% eram vias pré-existentes que foram recondicionadas para a construção do projeto.

Número do projeto: 38774



Early Warning System Project Analysis

Análise de risco:

O projeto é classificado pela Corporação Financeira Internacional (CFI) do Banco Mundial como de impacto A. Um projeto é qualificado como de “Categoria A se é provável que tenha impactos ambientais que sejam de índole delicada, diversa e sem precedentes. Estas repercussões podem afetar uma zona mais ampla que a localização ou instalações nas quais se realizem obras físicas. Na Avaliação Ambiental para um projeto de Categoria A se examinam os possíveis impactos negativos e positivos, se comparam com aqueles produzidos pelas alternativas factíveis (incluindo a situação “sem projeto”) e se recomendam medidas necessárias para prevenir, reduzir ao mínimo, mitigar ou compensar as repercussões adversas e melhorar o desempenho desde o ponto de vista ambiental.” A data da placa é desconhecida.

SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS APLICAVEIS

“O banco afirma que todas as salvaguardas serão aplicadas ao presente investimento. Através de sua auditoria ambiental e social, o banco afirma que o investimento deverá ser administrado de maneira consistente com as seguintes salvaguardas:

PS1: Análise e administração de riscos e impactos ambientais e sociais

Como já mencionado, o projeto está localizado em uma área de proteção ambiental. O banco afirma que o processo de licenciamento foi complicado por envolver dois Estados brasileiros (Pernambuco e Piauí). Em Pernambuco, o processo foi mais simples e exigiu-se apenas um Relatório Ambiental Simplificado e um Projeto Ambiental Básico. Em Piauí, exigiu-se um Estudo de Impacto Ambiental e foram emitidas licença prévia e licença de instalação. O banco afirma ainda que todas as licenças para construção já foram emitidas, porém, a empresa ainda deverá assinar um Termo de Compromisso suplementar com o ICMBio. Para operar, a empresa deverá conseguir licenças de operação de acordo com a legislação nacional.

O Banco afirma que, apesar da atitude proativa da empresa em lidar com impactos do projeto, o sistema de administração dos planos de manejo deve ser mais integrado e melhor coordenado, inclusive com auditorias internas, para ser mais efetivo. Um comitê de sustentabilidade da empresa está sendo montado e deverá ser adaptado para lidar com impactos da fase de operação.

Para minimizar riscos, supervisores visitam áreas de trabalho diariamente para monitorar permissões e instruções de trabalho. As condições de trabalho e de segurança são monitoradas, assim como os impactos ambientais. Também são conduzidas atividades de monitoramento social que incluem engajamento comunitário, monitoramento de indicadores socioeconômicos e programas de educação e conscientização ambiental. Atividades de identificação e resgate arqueológico e paleontológico também são conduzidas. Devido aos diferentes modos de licenciamento, algumas dessas atividades são implementadas apenas no Estado do Piauí, mas o banco afirma que a empresa se compromete a lidar com diferenças significativas de suas atividades entre os dois Estados, de acordo com seu próprio julgamento.

Apesar da empresa não possuir uma pessoa responsável pela comunicação com comunidades afetadas, o banco afirma que as atividades de treinamento e conscientização incluíram tanto terceirizados como comunidades locais. Uma pessoa será apontada pela empresa para a comunicação com comunidade

O banco afirma que planos para ocasiões de emergência e evacuação foram devidamente desenvolvidos e se encontra em operação com profissionais treinados.

PS2: Condições trabalhistas

Durante a fase de avaliação do banco, o projeto possuía 9 empregados diretos e por volta de 700 terceirizados. Na fase de operação o projeto possuirá aproximadamente 15 trabalhadores. A maioria da mão de obra terceirizada é contratada localmente (60%-70%). Para os trabalhadores que provêm de outra localidade, são disponibilizadas acomodações da empresa em localidade próxima ao projeto ou propriedades alugadas, a qualidades das quais é checada regularmente.

A empresa afirma cumprir com as leis trabalhistas do país (CLT). Não há uma união de trabalhadores na região que represente os trabalhadores da empresa. A empresa se comprometeu a rever seus procedimentos para pagar uma contribuição a união



People Affected By This Project

NOSSA AVALIACAO DE RISCO

Com base no documento da CFI e outras fontes de informação, o presente projeto apresenta os riscos para os seguintes direitos humanos:

Direito a um meio-ambiente saudável: A localização do projeto em área de proteção ambiental, em uma região do bioma Caatinga, tem o potencial de impacto relevante nessa vegetação ameaçada que comporta espécies endêmicas e é única ao nordeste brasileiro. Documentos disponibilizados pelo banco que afirmam que a área não possui proteção estrita em razão da presença de cultivo, gado e residências não parece prezar pela preservação almejada, justificando o desmatamento em razão de condutas alheias. A presença de espécies ameaçadas no local revela ainda mais o potencial impacto ambiental do projeto, que propõe uma análise de impacto ex post facto, estratégia que pode revelar-se sem efeito para a preservação da fauna e flora presentes.

Direito a propriedade e a moradia adequada: As moradias de pessoas afetadas pelo projeto já vêm sofrendo danos em razão do tráfego de veículos vinculados ao projeto e a revitalização das vias para que esses veículos trafeguem. Das 230 propriedades afetadas pelo projeto, apenas 58 serão alvo de análise por auditoria independente para determinar se a compensação, o acesso a informação e o processo de engajamento estiveram de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo banco. Assim, o procedimento será feito ex post facto e não compreenderá todas as pessoas afetadas pelo projeto, uma vez que apenas aquelas afetadas pela linha de transmissão – em razão da utilização de declaração de utilidade pública – serão contempladas. Os documentos tão pouco apresentam uma estimativa da quantidade de pessoas afetadas por deslocamento econômico em razão do projeto.

Direitos trabalhistas: Todas as medidas para garantir direitos trabalhistas identificados como potencialmente afetados pelo banco serão conduzidas ex post facto em relação ao investimento. A promessa de revisão de procedimentos para que, futuramente, a empresa contribua para uma união que represente os trabalhadores e para eles tenham o direito de se associar livremente é pouco concreta, sem qualquer estimativa temporal. A falta de monitoramento de casos de discriminação e da possibilidade de reclamações anônimas por parte dos trabalhadores também será alvo de correção interna em futuro incerto. Além da falta de garantia do direito de associação e de não serem discriminados, deixa a desejar o comprometimento exigido da empresa pelo banco em relação a segurança dos trabalhadores, uma vez que a sinalização indicando a obrigatoriedade da utilização de equipamento de segurança e a supervisão por pessoas qualificadas e certificadas também será atividade realizada ex post facto.

Direitos culturais: A área da Chapada do Araripe é reconhecidamente rica em fósseis, onde diversas espécies de dinossauros já foram descobertas. Os documentos do banco afirmam que a empresa conduz trabalho arqueológico e paleontológico apenas no estado do Piauí, e não no estado de Pernambuco. Mais uma vez, a empresa se compromete, de acordo com seu próprio julgamento e de maneira pouco clara, a lidar com a diferença de seu trabalho entre os estados nos quais atua. O compromisso é fraco para garantir a devida preservação de material cultural presente no local.

Direito a saúde: O projeto já foi alvo de protesto por comunitários afetados em razão de problemas respiratórios por poeira e do desrespeito para com as leis de trânsito por parte dos veículos vinculados ao projeto. O projeto não só gera risco de problemas respiratórios e acidentes de trânsito, mas também distúrbios sonoros e conflitos de terra. O fluxo populacional também tem, entre outros, a possibilidade de aumentar a taxa de crimes e diminuir o acesso a saúde dos afetados. A empresa diz estar monitorando indicadores sociais, mas os dados não foram expostos na documentação bancária. No mais, a empresa e o banco reconhecem que não foram conduzidos estudos para verificar o impacto das sombras das turbinas.



Investment Description

- International Finance Corporation (IFC)

Financiamento: Corporação Financeira Internacional (CFI)

Montante do empréstimo ou investimento:

Montante total: R\$ 1,796 milhões (US\$ 553 milhões)



Private Actors Description

Ventos Do Araripe III (the “Project”) comprises the development, construction and operation of a 358.8 MW wind complex located in the States of Piauí and Pernambuco in the northeast region of Brazil. The Project is expected to produce an average of approximately 1,700 gigawatt-hours (GWh) per annum. The Project is being implemented through 14 special purpose project companies (the “Project SPVs”) that are wholly-owned by a holding company called Ventos de Estevao Holding S.A. (“VSE”). The Project has successfully secured 20-year Power Purchase Agreements (PPAs) with various distribution companies and with Brazil’s electric energy trading chamber, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) which were awarded in competitive new energy and reserve energy auctions in 2013/2014 conducted under regulations of Brazil’s national electricity agency, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). The Project will use equipment from top-class manufacturers, including the installation of 156 General Electric (GE) wind generation turbines. The Project is in advanced construction phase and 3 SPVs are already under operation. It is expected to be fully operational by mid-2017.



Private Actor 1	Private Actor 1 Role	Private Actor 1 Sector	Relation	Private Actor 2	Private Actor 2 Role	Private Actor 2 Sector
-	-	-	-	Agência Nacional de Energia Elétrica	Contractor	-
-	-	-	-	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	Contractor	-
-	-	-	-	Casa dos Ventos Holding S.A.	Parent Company	-
-	-	-	-	Geoconsult	Contractor	-
-	-	-	-	Salus Fundos de Investimento em Participações	Parent Company	-
-	-	-	-	Ventos de Santo Estevao Holding S.A	Client	-



Contact Information

*No contacts available at time of writing

O mecanismo de prestação de contas da CFI, a CAO, é um mecanismo de recurso independente. As pessoas que consideram que podem ser afetadas por um projeto da CFI podem pedir a CAO que atenda suas inquietudes. A CAO trabalha com as partes principais que intervêm em um projeto para buscar soluções reais que melhorem os resultados sociais e ambientais concretos.

ACCOUNTABILITY MECHANISM OF IFC

The Compliance Advisor Ombudsman (CAO) is the independent complaint mechanism and fact-finding body for people who believe they are likely to be, or have been, adversely affected by an IFC or MIGA- financed project. If you submit a complaint to the CAO, they may assist you in resolving a dispute with the company and/or investigate to assess whether the IFC is following its own policies and procedures for preventing harm to people or the environment. If you want to submit a complaint electronically, you can email the CAO at CAO@worldbankgroup.org. You can learn more about the CAO and how to file a complaint at <http://www.cao-ombudsman.org/>



Bank Documents

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR
- 1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, EMPREENDEDOR E DA EMPRESA CONSULTORA
- 10. PROGNÓSTICO AMBIENTAL
- 11. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
- 11. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
- 11. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
- 12. BIBLIOGRAFIA
- 13. EQUIPE TÉCNICA
- 13. EQUIPE TÉCNICA
- 2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
- 2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
- 3. ASPECTOS LEGAIS E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE
- 3. CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA
- 3. PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS
- 4. CARACTERIZAÇÃO LEGAL DO EMPREENDIMENTO
- 4. CARACTERIZAÇÃO TÉCNICA DO EMPREENDIMENTO
- 5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
- 5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL
- 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- 6. EQUIPE TÉCNICA
- 6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 6. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 7. IMPACTOS AMBIENTAIS SOBRE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- 7. IMPACTOS AMBIENTAIS SOBRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
- 8. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 8. PROPOSIÇÃO DAS MEDIDAS MITIGADORAS
- 9. PLANO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 9. PLANO DE CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL
- linha de transmissão 230 kv se chapada iv / se curral novo do piauí ii
- LINHA DE TRANSMISSÃO LT 230 KV – SE CHAPADA IV / SE CURRAL NOVO DO PIAUÍ II
- Mapa - Fazenda Flor da América
- Mapa - Sitio da Paz 1 e 2 - Exu
- PARQUE EÓLICO VENTOS DE SANTO ESTEVÃO I
- Piauí Complex 1. INTRODUÇÃO
- Piauí Complex 10. PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E POTENCIALIZADORAS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS
- Piauí Complex 11. PLANO DE CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL
- Piauí Complex 13. PROGNÓSTICO AMBIENTAL
- Piauí Complex 14. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES
- Piauí Complex 15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- Piauí Complex 16. EQUIPE TÉCNICA
- Piauí Complex 2. CARACTERIZAÇÃO LEGAL DO EMPREENDIMENTO
- Piauí Complex 3. ALTERNATIVAS LOCACIONAIS E TECNOLÓGICAS